

## FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS

Polliana Barboza da Silva<sup>1</sup>

*Universidade Federal da Paraíba/E-mail: pollianabarboza@hotmail.com*

Fernando Rodrigues Tavares<sup>2</sup>

*Instituto Federal da Paraíba /E-mail: fer-t9@hotmail.com*

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado com estudantes surdos. Esta pesquisa foi de natureza qualitativo-descritiva e utilizamos para coleta de dados à técnica da entrevista com uma docente do AEE. Os resultados revelaram que existem dificuldades enfrentadas no AEE para o ensino de estudantes surdos, em razão da professora não dominar a Libras, ensinando apenas a língua portuguesa para surdos. É preciso ainda haver a ressignificação da prática docente, sendo necessário pensar em estratégias e metodologias mais eficazes e significativas no processo de ensino e aprendizagem de estudantes surdos.

**Palavras chaves:** Formação docente, Prática docente, Atendimento educacional especializado, Estudantes surdos.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda questões acerca da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado – AEE com estudantes surdos.

Para iniciarmos esta conversa é necessário compreender que o Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço da área da educação especial que tem o intuito de organizar recursos pedagógicos que facilitem e contribuam no processo de ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência. O AEE, também visa identificar as barreiras que interferem no ensino e aprendizagem, obtendo meios que faça eliminá-las, para que os estudantes consigam sua autonomia e independência dentro e fora da escola.

As salas de recursos multifuncionais são ambientes que tem diversos equipamentos e materiais pedagógicos para o subsídio no atendimento educacional especializado e tem como foco prover através destes equipamentos, melhores condições de acesso e parcialmente a participação e aprendizagem no ensino regular das pessoas com deficiência.

Diante da publicação da lei nº 4.024/61 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que concretizou ações de forma fixa na área da educação especial, incentivou o

<sup>1</sup> Mestra em Educação; Especialista em Atendimento Educacional Especializado; Graduada em Pedagogia.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Biológicas e Pedagogia; Especialista em Educação Especial; Braille e Libras.

direito das pessoas com deficiências no âmbito educacional, favorecendo o processo sistemático do ensino e aprendizagem das pessoas com deficiências.

No que diz respeito à incumbência da matrícula, tanto dos adolescentes quanto das crianças surdas nas instituições educacionais, surgiu à lei nº 8.069/90, concernente do Estatuto da criança e do adolescente-ECA, que vem “estabelecer para os pais ou responsáveis a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

A referida lei fortalece os princípios da educação especial ao dizer que “toda a criança tem direito a educação”, independente de credo, raça, deficiência, e os pais junto com o estado são a ponte para cumprir com essa responsabilidade.

O AEE por meio da Constituição Federal-CF de 1988, no seu artigo 208 recebe uma sustentação legal para que aconteça, qual seja o Estado, a efetivação de uma educação de qualidade. Nesse entendimento, o Estado tem o dever de garantir uma educação de qualidade para todos, e a CF de 1988 apresenta o AEE para as pessoas com deficiência.

No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN (9394/96), no seu artigo 58, relata sobre o ambiente da realização do AEE, que pode ser em escolas, classes entre outros. Destarte, corroboramos que existem leis que subsidiam os estudantes, que necessitam do atendimento educacional especializado.

Quando falamos em AEE, também frisamos o acompanhamento feito por professores especializados e capacitados nas escolas regulares de ensino ou até mesmo em um ambiente específico para os discentes com deficiência. Este atendimento com os referidos discentes deve ocorrer no turno oposto da aula do ensino regular que eles frequentam, podendo os mesmos ser atendidos de forma individual ou coletiva.

Referindo-nos ao AEE para as pessoas surdas, este precisa ser organizado em três momentos didático-pedagógicos: o AEE em Libras, em que é realizada a explicação dos conteúdos em Libras; o AEE para o ensino de Libras, em que o ensino da Libras é realizado por um professor ou professora de preferência surdo/a e o AEE para o ensino de língua portuguesa, que consiste no ensino desta como segunda língua para as pessoas surdas.

Pensando na formação docente para o AEE com alunos surdos, levantamos a seguinte questão de pesquisa: como a formação docente contribui para a prática do atendimento educacional especializado com estudantes surdos?

Como objetivo, a pesquisa busca analisar as contribuições da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado com estudantes surdos.

Este estudo foi de natureza qualitativo-descritiva, tendo um contato mais próximo com os sujeitos e o lócus da pesquisa, com o objetivo de descrever o objeto de estudo, por meio dos fatos de uma realidade encontrada no lócus de pesquisa e através dos sujeitos.

Para atender ao objetivo da pesquisa realizamos a entrevista com uma professora que leciona na sala de recursos multifuncionais, realizando o Atendimento Educacional Especializado.

## **O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A FORMAÇÃO DOCENTE**

No ano de 2003 teve início o programa educação inclusiva, promovida pela Secretaria de Educação Especial, Ministério da Educação - MEC, dando ênfase à nomenclatura direito à diversidade. A política de educação inclusiva abrangeu os municípios brasileiros e promoveu formação continuada para efetivar o processo educacional de forma inclusiva, através de programas complementares e suplementares com o foco na área da inclusão. Este programa também formalizou a implantação de salas de recursos multifuncionais em consonância com a ampliação do Projeto Educar na Diversidade.

O Atendimento Educacional Especializado decorre de uma nova concepção da Educação Especial, sustentada legalmente, e é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (BRASIL, 2007, p.22).

Evidencia-se que o AEE proporciona estratégias para que os discentes com deficiência na rede regular de ensino tenham uma permanência exitosa no convívio social e na sua aprendizagem cognitiva. Legalmente, o AEE vem sendo uma forma implementada para atender os aspectos da inclusão, porém é cenário de vários questionamentos relacionados à acessibilidade pedagógica e vêm auxiliar os discentes com deficiência a permanecer de forma ativa, buscando meios para melhorar o ensino e aprendizagem dos mesmos.

A educação especial na perspectiva inclusiva tem sido um objeto de estudo das legislações e normativas inerentes, que vem dando subsídio na concepção das Políticas Públicas educacionais referentes ao atendimento educacional especializado-AEE.

Bukler (2010, p.52), propõe para o AEE uma junção de componentes necessários, desse modo “compõe o AEE o professor itinerante, o professor mediador, as Salas de

Recursos, os quais têm como objetivo de auxiliar o aluno com necessidades educacionais especiais durante o seu processo de ensino-aprendizagem em classe comum”.

Nesse pressuposto, vemos que o AEE propõe um trabalho direcionado para a proposta pedagógica da sala regular, visando suplementar e complementar o atendimento de forma específica para os discentes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A formação docente não pode ser esquecida nesse contexto, esta precisa ser um processo contínuo e organizado para que a cada dia tenha uma nova descoberta e um aperfeiçoamento profissional. Ao longo da atividade profissional, os docentes vão adquirindo habilidades que pode ajudar o estudante em suas aprendizagens.

García (2005, p.138), diz que:

Em primeiro lugar, desenvolvimento pedagógico (aperfeiçoamento do ensino do professor através de atividades centradas em determinadas áreas do currículo, ou em competências instrucionais ou de gestão da classe). Em segundo lugar, conhecimento e compreensão de si mesmo, que pretende conseguir que o professor tenha uma imagem equilibrada e de autorealização de si próprio. A terceira dimensão do desenvolvimento profissional dos professores é o desenvolvimento cognitivo. A quarta dimensão é o desenvolvimento teórico, baseado na reflexão do professor sobre sua prática docente.

É importante ressaltar que, o docente precisa buscar se aperfeiçoar com cursos de pós-graduações, para que almeje e adquira experiências e conhecimentos novos acerca da área da inclusão. É preciso ainda, que se tenha um maior investimento em estruturas adequadas para se ter a garantia na inclusão escolar, através de profissionais capacitados e equipamentos apropriados para trabalhar nas inúmeras áreas que abrange a inclusão em sua plenitude.

Nesse sentido, os/as docentes devem buscar melhores formas para trabalhar em uma perspectiva que visem metodologias diferenciadas e propiciem a aprendizagem para cada discente. É bom frisar que o AEE deve estar com equipamentos adequados para trabalhar com os discentes com deficiência, na ausência do mesmo o/a profissional qualificado/a deve desenvolver materiais adaptados para acessibilidade, proporcionando a plena participação dos discentes com deficiências nas elaborações das atividades desenvolvidas, atendendo as necessidades específicas de cada um que precise.

Conforme documentos oficiais, o atendimento educacional especializado é relevante para o/a estudante, visto que:

O ensino desenvolvido no ambiente especializado diferencia-se dos desempenhados nas classes comuns, os quais não são substitutivos à escolarização. O mesmo  
(83) 3322.3222

procura complementar o desenvolvimento autônomo dos alunos com vista à autonomia dentro e fora da escola. (BRASIL, 2007, p. 10).

Então, nesse contexto, é imprescindível esse atendimento na sala de recursos multifuncionais para o pleno desenvolvimento do estudante com deficiência, pois o mesmo é uma ponte, que prepara o discente para desenvolver sua autonomia dentro e fora da escola.

Segundo Mantoan (2003): o ensinar satisfazendo as diversidades não quer dizer mudar literalmente o método de ensinar, mas introduzir uma proposta pedagógica de inclusão, ou seja, atender a diversidade de todos de maneira complementar e suplementar para que contribua de forma gradual no processo de aprendizagem dos discentes.

Neste contexto, Mantoan, Prieto e Arantes (2006), destacam que, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 no artigo 58 e inciso III, enfatiza que, “os professores têm que ter especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores de ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

É notável que, o sistema de ensino deve ter um compromisso na formação continuada de docentes e que esta formação seja de qualidade, preparando-os a estarem aptos para implantar novas propostas e práticas de ensino que considere as diferenças.

Concomitantemente, desejamos um empenho maior do sistema de ensino, subsidiando os docentes para realizações de formações adequadas para inclusão de estudantes com deficiência, tanto na sala de AEE, quanto na sala regular, promovendo ao estudante um processo de aquisição de conhecimento para que ele possa ser um sujeito ativo na sociedade.

No AEE destacamos três momentos didáticos pedagógicos específicos: O atendimento educacional especializado para o ensino de Libras, em Libras e para o ensino da língua portuguesa.

O atendimento educacional especializado para o ensino de Libras é instituído como um dos momentos didático- pedagógicos existentes para os estudantes surdos participantes da sala regular. Este atendimento, segundo Damázio (2007), tem que acontecer frequentemente no contra turno das aulas da sala regular. A estruturação da didática é estabelecida através de atividades visuais para o ensino da Libras, e com muitas imagens, constituindo uma forma facilitadora para o estudante surdo compreender o que foi abordado.

O AEE em Libras consiste no momento em que os conteúdos são apresentados em Libras. Sobre isso, Damázio (2007, p.29) diz: “Nesse atendimento há explicações das ideias

essenciais dos conteúdos estudados em sala de aula comum. Os professores utilizam imagens visuais e quando o conceito é muito abstrato recorrem a outros recursos, como o teatro [...]”.

O AEE para o ensino da língua portuguesa, por sua vez, tem como proposta o ensino de língua portuguesa como segunda língua para o estudante surdo. Acontece em período oposto da sala regular com o objetivo de satisfazer as especificidades da língua portuguesa. (ALVES, DAMÁZIO, FERREIRA, 2010, p. 17).

Nesse sentido, para este momento didático-pedagógico, é preciso ter um profissional na sala de AEE que tenha preferencialmente sua formação em letras e obrigatoriamente domine os contextos teóricos e linguísticos da língua portuguesa.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa foi qualitativo-descritiva com a finalidade de ter um contato mais próximo com os sujeitos e o lócus da pesquisa, descrever, compreender e realizar interpretações.

Gonsalves (2011, p.70) ressalta, que: “a pesquisa qualitativa se preocupou com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

A pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever o objeto de estudo, por meio dos fatos de uma realidade encontrada no lócus de pesquisa e através dos sujeitos. Para Gil (2008, p.28): “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi à entrevista. Esta de acordo com Richardson (2015, p. 207) proporciona “o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A a uma pessoa B”. Deste modo, a entrevista proporciona uma conversa com os participantes da pesquisa sobre o objeto de estudo escolhido, na busca de coletar dados acerca do mesmo.

A entrevista foi realizada com uma professora do AEE, chamada Paloma<sup>3</sup>, de uma escola pública localizada no interior de Pernambuco. Organizamos um roteiro específico para a nossa conversa, atendendo ao objetivo de analisar as contribuições da formação docente para a prática do Atendimento Educacional Especializado com estudantes surdos.

---

<sup>3</sup> Nome fictício, em respeito à ética na pesquisa.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participante, durante a pesquisa demonstrou um significativo entusiasmo em participar e se propôs a responder os questionamentos.

No quadro a seguir, apresentaremos os dados da docente, seguido das análises.

**Quadro 01:** Dados da docente

PROFESSORA	DEPOIMENTOS
Paloma	<p>Tenho magistério, fiz uma licenciatura em História, tenho 27 anos de rede estadual. Em 1998 eu fiz um curso de especialização em informática educativa. Este era voltado também para professores de séries de reabilitação que trabalhavam com aluno com deficiência.</p> <p>Procurei ver outros cursos que me colocasse neste universo, por que de certa forma eu estava mais no universo de história, no universo de outras matérias que não era para uma sala de AEE.</p> <p>Eu estou fazendo curso de AEE lá na FUNAD, em João Pessoa-PB, estou fazendo um curso de pós-graduação em Psicopedagogia para poder melhor atender, principalmente esta questão de aprendizagem, por que eu apesar de quase trinta anos de trabalho, eu ainda estou me sentindo uma iniciante. Para mim, é um desafio o tempo de trabalho, não está valendo de nada para mim.</p> <p>Eu tenho que pesquisar, tenho que está por dentro de algumas formas e abrir novos horizontes, por que o contato que eu tive com os surdos, eu vi que o mundo está aí aberto, que não precisa eles ficar em casa presos, eles podem voar, e só quem sabem são eles os limites deles, não sou eu que vou limitá-los.</p>

Entrevista /2017

A explanação de Paloma evidencia as suas formações: curso livre de formação, graduação e pós-graduação, assim como as suas experiências como docente. Ela também relatou que ao ir para sala do AEE, teve o interesse em se qualificar para melhor atender os alunos com deficiência do município em que ela trabalha.

Neste contexto, Rivaroli e Albernaz (2018, pag.175) relatam que:

A formação, na maioria das vezes, segue modelos normativos para a sua realização, preocupando-se com os currículos, planos de ensino, metodologias diferentes e avaliações. Dessa forma, não consegue dar suporte às questões que urgem nos dias atuais sobre as relações entre os indivíduos e o mundo. Essa realidade nos faz repensar na formação atual dos professores.



Diante disso, vemos que a formação não deve ser apenas direcionada com o foco de obter resultados quantitativos, mas também granjear uma formação em que atente ao mundo e a realização social e cultural dos indivíduos. A docente relata que apesar de muitos anos e experiência no magistério, ainda se sente uma principiante em meio a este novo mundo, o da inclusão. Segundo Cury (2003, p.127) “a exposição interrogada gera a dúvida, a dúvida gera o estresse positivo, e este estresse abre as janelas da inteligência. Assim formamos pensadores, e não repetidores de informações”. O autor enfatiza que quando há dúvida, a mesma, pode gerar um aspecto positivo ao fazer o/a docente refletir e buscar respostas. Como também provocar e estimular a inteligência. E, sobretudo desenvolver um papel no processo de ensino e aprendizagem, de gerenciador de conhecimento.

**Quadro 02:** Dificuldades enfrentadas como professora do AEE

PROFESSORA	DEPOIMENTOS
Paloma	<p>Dificuldade, acho que meu grande desafio, é que eu não ensino Libras, ensino português para surdo. Então como eu ensino português, a minha questão é qual o estalo que faz um surdo querer ler em português como é? Pois, o português ele é muito sonoro, você precisa do som.</p> <p>Aí você vai lembrando o som e vai usando ele no devido local, mas o surdo é imagem isso eu sei. Então qual o estalo dele? Para mim é a grande descoberta que eu quero saber qual o estalo do surdo para aprender a ler? Eu já fiz algumas atividades que estão incentivando a leitura que eu achei bem interessante, mas eu não sei se realmente foi no ponto que eu queria.</p> <p>Eu trouxe por escrito uma história em português e depois fui com eles assistir o vídeo que é pequeno.</p> <p>A mesma história que estava ali escrita em português, estava em Libras no vídeo, então eles foram vendo aquela história.</p> <p>Antes eu pedi que eles identificassem as palavras que eles conheciam e fizesse um sinal para mim.</p> <p>Eu conheço um pouco de Libras. Fui vendo que eles estavam identificando às palavras pequenas e as palavras grandes não identificaram.</p> <p>Mas, é a grande dificuldade que eu encontro, é descobrir o estalo, de como é que a pessoa vai aprender.</p> <p>Não que esta atividade fez com que eles aprendessem, mas eu noto que eles estão querendo muito não faltam.</p>

Entrevista /2017

Paloma discorre que tem um grande desafio, o de proporcionar o ensino da Língua Portuguesa para surdos, pois o português é muito sonoro, precisa do som. A docente relata sua preocupação em ensinar o português para surdos. Sua metodologia é focada na escrita e visual

(83) 3322.3222



do surdo, trazendo histórias em texto e vídeos em libras. A metodologia de ensino quando interligada a um recurso didático e empregada de forma apropriada, se tornam um mecanismo indispensável para a aprendizagem do estudante (CRUZ; LIBARDI, 2017).

Referente às práticas pedagógicas, Damázio (2007, p.21) explica que:

As práticas pedagógicas constituem o maior problema na escolarização das pessoas com surdez, torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez, não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita são advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.

Para que o/a aluno/a surdo/a venha realmente ter êxito no processo de ensino e aprendizagem, é preciso que o/a docente trabalhe metodologias dinamizadas e diversificadas em que o surdo se sinta incluso na temática e participe do seu aprendizado, sendo um aluno/a ativo no seu desenvolvimento.

Percebe-se na fala da docente que ela não tem fluência em Libras, fator este que lhe ajudaria muito para o desenvolvimento do aluno surdo, mas o pouco que sabe de Libras tenta fazer o melhor para subsidiar no ensino e aprendizagem da língua portuguesa para surdos.

Nas palavras de Rautenberg (2017, p.38) Os professores:

precisam ser capacitados para fazer um trabalho significativo com os alunos surdos e esse preparo deve ser estabelecido de forma mais precisa pela própria instituição de formação dos mesmos. Incluir disciplinas que oferecem conteúdos genéricos e que não apresentam discussões de conhecimentos específicos da área de atuação continuam permitindo que os graduandos iniciem suas jornadas fora do mundo acadêmico sem as competências necessárias, dificultando a inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar.

Neste contexto, entendemos que existe a urgência na formação de professores e professoras para o ensino de Libras. Uma formação para professores e professoras de forma mais contundente pode ajudar a melhorar as práticas pedagógicas com alunos surdos no AEE.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível perceber a preocupação da professora com as práticas pedagógicas realizadas no AEE, e esta preocupação pode ter se dado através da sua formação, pois ela mesmo com um tempo de serviço amplo buscou formações na área do AEE, da Libras e da inclusão.

Os resultados da pesquisa evidenciaram também que existem dificuldades no AEE para os estudantes surdos, em razão da professora não dominar a Libras, ensinando apenas a Língua Portuguesa para surdos. É preciso ainda haver a ressignificação das práticas pedagógicas da professora, sendo necessário pensar em estratégias e metodologias mais eficazes e significativas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem Bilíngue na Escolarização das Pessoas com Surdez**. Brasília: MEC/SEESP/UFC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 jun. de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 12 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 11 jun. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Mental**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BÜRKLE, Thyene da Silva. **A sala de recursos como suporte à Educação Inclusiva no Município do Rio de Janeiro**: das propostas legais à prática cotidiana. 2010. 147f. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CRUZ, Ingrid Aparecida da; LIBARDI, Helena. **Concepções de uma licenciada em física: obstáculos para o ensino- aprendizagem dos estudantes com deficiência auditiva**. 2017. XXII SNEF. Disponível em: <http://www1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xxii/sys/resumos/T0734-2.pdf> Acesso em: 10 jul. 2018.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores** – para uma mudança educativa. Coleção ciência da educação XXI. Porto: Porto, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa. Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim. (Org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

RAUTENBERG, Eliana. **As dificuldades no ensino de física para alunos surdos.** 2017. 72f. Trabalho de conclusão de curso. Centro de ciências físicas e matemáticas. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIVAROLI, Ana Paula dos Santos. ALBERNAZ, Roselaine Machado. O cuidado de si e as três ecologias: problematizando uma formação. **Revista Internacional de Formação de Professores.** Itapetininga, v.3, n.1, jan/mar, 2018. Disponível em: <http://itp.ifsp.edu.br/ojs/index.php/RIFP/article/view/1192>. Acesso em: 29 jul.2018.